

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS CIDADE DE GOIÁS
CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS**

KAREN LÚCIA DE OLIVEIRA CARDOSO

**O ENSINO DE ARTES VISUAIS NO BRASIL E REFLEXÕES SOBRE
O DIA 8 DE JANEIRO: RELAÇÕES POSSÍVEIS?**

**CIDADE DE GOIÁS
DEZ.2023**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECA

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL
DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

☐ Tese ☐ Artigo Científico

☐ Dissertação ☐ Capítulo de Livro

☐ Monografia – Especialização ☐ Livro

☒ **TCC - Graduação** ☐ Trabalho Apresentado em Evento ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: Monografia

Nome Completo do Autor: **Karen Lúcia de Oliveira Cardoso**

Matrícula: **20191100080013**

Título do Trabalho: **O ENSINO DE ARTES VISUAIS NO BRASIL E REFLEXÕES SOBRE O DIA 8 DE JANEIRO: RELAÇÕES POSSÍVEIS?**

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ **Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG** (acesso aberto);

2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);

3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

☐ O documento está sujeito a registro de patente.

☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.

☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

I.o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;

II.obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;

III.cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Goiânia, 08 de dezembro de 2023.

Karen Lúcia de Oliveira Cardoso

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autora

KAREN LÚCIA DE OLIVEIRA CARDOSO

**O ENSINO DE ARTES VISUAIS NO BRASIL E REFLEXÕES SOBRE
O DIA 8 DE JANEIRO: RELAÇÕES POSSÍVEIS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao IFG
Câmpus Cidade de Goiás como requisito para obtenção
do título de Graduação no Curso de Licenciatura em
Artes Visuais do IFG Câmpus Cidade de Goiás, sob a
orientação da professora Ma. Renata Tavares de Brito
Falleti.

**CIDADE DE GOIÁS
DEZ.2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Goiás – Campus Cidade de Goiás

709.81

C268e Cardoso, Karen Lúcia de Oliveira.

O ensino de artes visuais no Brasil e reflexões sobre o dia 8 de janeiro: relações possíveis? / Karen Lúcia de Oliveira Cardoso; orientadora, Renata Tavares de Brito Falleti – Cidade de Goiás, 2023.
65 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Cidade de Goiás, Departamento de Áreas Acadêmicas, Licenciatura em Artes Visuais.

1. Artes visuais. 2. Ensino - Metodologia. 3. Brasília - DF. I. Falleti, Renata Tavares de, orientadora. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. III. Título.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS CIDADE DE GOIÁS

Folha de Aprovação TCC

KAREN LÚCIA DE OLIVEIRA CARDOSO

O ENSINO DE ARTES VISUAIS NO BRASIL E REFLEXÕES SOBRE O DIA 8 DE JANEIRO: RELAÇÕES POSSÍVEIS?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao IFG Câmpus Cidade de Goiás como requisito para obtenção do título de Graduação no Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFG Câmpus Cidade de Goiás, sob a orientação da professora Ma. Renata Tavares de Brito Falleti.

Monografia defendida e aprovada em seis de dezembro de 2023, pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Ma. Renata Tavares de Brito Falleti

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avaliadora 1: Profa. Ma. Flora Alves Ruiz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avaliadora 2: Profa. Dra. Meire Lisboa Santos Gonçalves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avaliador Suplente: Prof. Me. Wagner Falcão Carlos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Cidade de Goiás - GO

Documento assinado eletronicamente por:

- Meire Lisboa Santos Gonçalves, CHEFE - CD4 - GOI-DAA, em 06/12/2023 21:39:56.
- Flora Alves Ruiz, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 06/12/2023 21:32:29.
- Renata Tavares de Brito Falleti, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 06/12/2023 21:30:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 486785
Código de Autenticação: e0374d7ca6



RESUMO

A pesquisa que resultou no texto monográfico - O ENSINO DE ARTES VISUAIS NO BRASIL E REFLEXÕES SOBRE O DIA 8 DE JANEIRO: RELAÇÕES POSSÍVEIS? - é do tipo qualitativa, pelo caráter de análise sobre o histórico do ensino de Artes e as possíveis relações com o crime contra o patrimônio cultural, provocado pelo ataque de centenas de pessoas aos bens arquitetônicos, artísticos e culturais durante a invasão do Congresso Nacional em Brasília no dia 8 de janeiro deste ano de 2023. A metodologia utilizada foi bibliográfica, com consulta a artigos científicos sobre o ensino de Artes Visuais, desde meados de 1800, quando o Brasil instala a Escola de Belas Artes, influenciado pela Europa, tendo como maior referência BARBOSA (1989 e 2016); consulta a artigos jornalísticos, documentários e livro acerca de Brasília RIBAS (2005) e do fato ocorrido em 8 de janeiro (NERY, 2023); SILVA, TOLEDO e BILENKY (2023); VERAS e BELLO (2023). O objetivo principal da pesquisa foi compreender o processo histórico do ensino de Artes Visuais no Brasil e refletir sobre o 8 de janeiro, tentando estabelecer algumas possíveis relações entre a formação sensível, estética e crítica que a Arte promove e a ação violenta contra o patrimônio público e as obras de arte que se verificou durante o ocorrido. A hipótese inicial era a de que um ensino de Arte que considere o contexto cultural poderia contribuir com a formação de sujeitos mais críticos, sensíveis e conscientes sobre o patrimônio público e o exercício democrático do direito, limitando a chamada “Liberdade de expressão”, para que episódios como o de 8 de janeiro 2023 não se repitam, partindo do pressuposto de que haveria um desconhecimento da Arte, uma ignorância sobre os valores democráticos, sobre processos culturais e de pertencimento, ao serem destruídas peças que compõem a história e a identidade da sociedade brasileira. Para tanto, foi feita uma seleção de artigos, a leitura e fichamento acerca dos principais momentos históricos do ensino de Artes Visuais no Brasil, representados em uma linha do tempo; em seguida, a contextualização de Brasília e o relato de experiências que vivenciei em exposições e no trabalho de restauro das peças danificadas, realizado pela Universidade de Brasília - UNB em conjunto com o Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Distrito Federal - IAB-DF. Ao final do texto, trago reflexões a partir dos objetivos do ensino de Artes Visuais na formação dos sujeitos e questiono as possíveis relações com o fato do 8 de janeiro de 2023, constatando que há uma importância fundamental de uma Arte-educação na formação cultural do país, na preservação da memória e do patrimônio, como bens públicos e coletivos que contribuem para a identidade do país. Sobre isso abordo a exposição da fotojornalista Gabriela Biló no Museu de Arte de Brasília. A Arte tem um papel importante para a formação dos sujeitos para que atos de violência do dia 8 de janeiro de 2023 não se repitam; a formação cultural representa muito do local onde estamos, da nossa história e de um projeto de sociedade para o futuro.

Palavras-chave: ensino de Artes Visuais; 8 de janeiro; Brasília.

ABSTRACT

The research that resulted in the monographic text - TEACHING VISUAL ARTS IN BRAZIL AND REFLECTIONS ON JANUARY 8TH: POSSIBLE RELATIONSHIPS? - it is of a qualitative type, due to the nature of the analysis of the history of Arts teaching and the possible relationships with the crime against cultural heritage, caused by the attack by hundreds of people on architectural, artistic and cultural assets during the invasion of the National Congress in Brasília on January 8th of this year, 2023. The methodology used was bibliographic, with consultation of scientific articles on the teaching of Visual Arts, since the mid-1800s, when Brazil established the School of Fine Arts, influenced by Europe, with the highest reference BARBOSA (1989 and 2016); consultation of journalistic articles, documentaries and books about Brasília RIBAS (2005) and the event that occurred on January 8 (NERY, 2023); SILVA, TOLEDO and BILENKY (2023); VERAS and BELLO (2023). The main objective of the research was to understand the historical process of teaching Visual Arts in Brazil and reflect on the 8th of January, trying to establish some possible relationships between the sensitive, aesthetic and critical formation that Art promotes and violent action against public property and the works of art that were seen during the event. The initial hypothesis was that artistic and cultural education could contribute to the formation of more critical, sensitive and aware subjects about public heritage and the democratic exercise of rights, limiting the so-called "expression of freedom", so that episodes such as the of January 8, 2023 are not repeated, assuming that there would be a lack of knowledge of Art, an ignorance about democratic values, about cultural processes and belonging, when pieces that make up the history and identity of Brazilian society are destroyed. To this end, a selection of articles was made, reading and recording the main historical moments of Visual Arts teaching in Brazil, represented in a timeline; then, the contextualization of Brasília and the report of experiences I experienced in exhibitions and in the restoration work of damaged pieces, carried out by the University of Brasília - UNB in conjunction with the Institute of Architects of Brazil - Federal District Department - IAB-DF. At the end of the text, I bring reflections based on the objectives of teaching Visual Arts in the training of subjects and question the possible relationships with the fact of January 8, 2023, noting that there is a fundamental importance of Art education in the cultural formation of the country, in the preservation of memory and heritage, as public and collective goods that contribute to the country's identity. Art plays an important role in the formation of subjects so that acts of violence on January 8, 2023 are not repeated; Cultural formation represents a lot about where we are, our history and a societal project for the future.

Keywords: Visual Arts teaching; January 8; Brasilia.

*“Céu de Brasília, traço do arquiteto,
Gosto tanto dela assim”.*

Linha do Equador. Composição: Djavan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estátua em bronze de João Caetano (1808-1863).....	14
Figura 2: Fachada Academia Imperial de Belas Artes (1808-1863).....	15
Figura 3: Fachada Escolinha de Artes de Botafogo-RJ.....	18
Figura 4: Foto de Paulo Freire com Ana Mae Barbosa, Semana de Arte e Ensino, USP,1980.....	23
Figuras 5 e 6: Exemplos de atividade realizada a partir da A. Triangular.....	24
Figura 7: Linha do Tempo do ensino de Artes no Brasil.....	34
Figuras 8, 9 e 10: Desenhos de Lucio Costa.....	39
Figura 12: Praça Cívica/ dos Cristais.....	40
Figura 13: Cruzamento do Eixo Monumental.....	41
Figura 14: Compilado de fotos, Edson Altino de Oliveira.....	42
Figura 15: Escola Classe 01 Sobradinho.....	43
Figura 16: Vista panorâmica da Praça dos Três Poderes.....	46
Figura 17: Compilados de Prints dos principais jornais do Brasil e do mundo.....	47
Figura 18: Janela para o inferno, Brasília 2023.....	48
Figura 19: Flyer de divulgação da abertura da exposição A Verdade, Gabriela Biló, 2023.....	49
Figuras 20 e 21: A Justiça e O Brasil Trincado. A Verdade, Gabriela Biló, 2023.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE ARTE NO BRASIL.....	13
1.1 As Escolinhas de Arte do Brasil.....	17
1.2 As influências econômicas, sociais e políticas no Ensino de Artes..	20
1.3 Contribuições da Abordagem Triangular.....	24
1.4 O processo de redemocratização no Brasil e os reflexos na Arte-educação.....	26
1.5 A Arte-educação a partir da LDB 9394/96: foco no ensino de Arte....	29
2. UM OLHAR SOBRE BRASÍLIA: PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, ARTÍSTICO E CULTURAL.....	36
2.1 Meu olhar sobre Brasília.....	37
2.1.1 Relato de um candango e pioneiro.....	40
2.2 Brasília: uma cidade e o seu patrimônio arquitetônico, artístico e cultural.....	43
3. REFLEXÕES SOBRE O 8 DE JANEIRO E AS SUAS RELAÇÕES COM O ENSINO DE ARTES VISUAIS.....	46
3.1 O fato.....	46
3.2 A repercussão do 8 de janeiro de 2023 no Brasil e no mundo.....	47
3.3 A Verdade.....	49
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXOS.....	57

INTRODUÇÃO

Toda cidade detém uma história, parte importante constituída pelos lugares urbanos, paisagens e edifícios que se sobressaem na constituição da memória de seus habitantes ou visitantes. Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta a pesquisa - O ENSINO DE ARTES VISUAIS NO BRASIL E REFLEXÕES SOBRE O DIA 8 DE JANEIRO: RELAÇÕES POSSÍVEIS? - que é do tipo qualitativa, pelo caráter de análise sobre o histórico do ensino de Artes e as possíveis relações com o crime contra o patrimônio arquitetônico e cultural, provocado pelo ataque aos bens arquitetônicos, artísticos e culturais durante a invasão aos Três Poderes em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023.

Foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, com consulta a artigos científicos sobre o ensino de Artes Visuais no Brasil e também a pesquisa documental. De acordo com Severino (2013, p. 95):

Com referência à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento de seu objeto, a pesquisa pode ser bibliográfica, de laboratório e de campo.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, da qual o pesquisador vai desenvolver a sua investigação e análise.

Tive como maior referência a consulta feita em reportagens, textos informativos, documentários acerca de Brasília e do fato ocorrido em 8 de janeiro, por meio de produção audiovisual jornalística, dentre eles Documentário e *Podcasts*. O objetivo principal da pesquisa foi compreender o processo histórico do ensino de Artes Visuais no Brasil e refletir sobre o dia 8 de janeiro de 2023, tentando estabelecer algumas possíveis relações entre a formação sensível, estética e crítica que a Arte promove e a ação violenta contra o patrimônio público e as obras de arte que se verificou durante o ocorrido.

A hipótese inicial era a de que uma formação artística e cultural poderiam contribuir com a constituição de sujeitos mais críticos, sensíveis e conscientes sobre o patrimônio público e o exercício democrático do direito, questionando a chamada “liberdade de expressão”, para que episódios como o de 8 de janeiro 2023 não se repitam.

Partiu-se do pressuposto de que haveria, com vistas ao ocorrido, um desconhecimento da Arte, uma ignorância sobre os valores democráticos, sobre processos culturais e de pertencimento, ao serem destruídas peças que compõem a história e a identidade da sociedade brasileira.

Para tanto, foi feita uma seleção de artigos, depois, a leitura e fichamento acerca dos principais momentos históricos do ensino de Artes Visuais no Brasil, representados em uma linha do tempo.

Em seguida, a contextualização de Brasília e o relato de experiências que vivenciei na Exposição de fotojornalismo “A Verdade” e na oficina de restauro das peças danificadas, oferecida pela Universidade de Brasília (UNB) e a IAB-DF.

Ao final do texto, trago reflexões a partir dos objetivos do ensino de Artes Visuais na formação dos sujeitos e questiono as possíveis relações com o fato do 8 de janeiro de 2023, acreditando:

- que a Arte tem um papel importante para a formação histórica e sensível dos sujeitos, na intenção de que atos de violência, como o do dia 8 de janeiro de 2023 não repitam;
- que a formação cultural representa muito do local onde estamos, da nossa história e de um projeto de sociedade para futuro e
- que é fundamental investigar a potencialidade da Arte-educação na formação estética, política, reflexiva e crítica dos sujeitos;
- que há relevância do conhecimento artístico para o entendimento e valorização do patrimônio nacional e
- que a Arte possibilita a construção de utopia, organizando e contrapondo o que já existe, mostrando que é necessária imaginação para ensinar o outro e não aceitar o que existe como imutável.

A partir do incômodo sentido enquanto cidadã e acadêmica do Curso de

Licenciatura em Artes Visuais com a desimportância e violência com que as obras de arte que compunham os edifícios e a Praça dos Três Poderes onde ficam localizados o Congresso Nacional, STF e Senado em Brasília foram depredadas, me senti provocada a pesquisar o processo de Arte-educação como uma potencialidade na formação dos sujeitos e tentar relacionar com o acontecimento do dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília, questionando se é possível estabelecer uma relação entre a formação e a não repetição de atos extremos de violência e/ou “terrorismo” como o acontecido.

As reflexões aqui apresentadas, indicam a possibilidade de repensar o que parece irreversível, como o neoliberalismo, por exemplo, um sistema que opera no modo de produção capitalista e por consequência nas relações sociais e no funcionamento das instituições, influenciando também as escolas. É importante ter consciência para que este sistema não mutile o nosso pensamento e neste sentido, a Arte pode ser um caminho ao promover uma formação dos sujeitos que desejam mudar as situações de desigualdade, hegemonia do poder e banalização da violência. A Arte possibilita enxergar essa “irreversibilidade” e suscitar mudanças.

A pesquisa pretende contribuir com a Arte-educação, no sentido de refletir sobre a importância de uma formação de qualidade, com conhecimentos que sejam desenvolvidos como ferramenta histórica e crítica, dando ênfase também na noção de patrimônio nacional.

O trabalho está organizado em três partes: 1. Breve histórico do Ensino de Artes Visuais no Brasil; 2. Um olhar sobre Brasília: patrimônio arquitetônico, artístico e cultural e 3. Reflexões sobre o 8 de janeiro e as suas relações com o ensino de Artes Visuais.

Em cada uma das partes do trabalho, fui refletindo sobre o ensino de Artes Visuais no Brasil, aprendendo mais sobre a área e buscando as relações possíveis entre a formação dos sujeitos em uma sociedade democrática, a cidadania e os valores culturais, fatores que ficaram ausentes no histórico e fatídico dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Que esta seja uma pesquisa inicial de muitas outras que apresentem reflexões neste sentido.

1. BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE ARTES VISUAIS NO BRASIL

Compreender como se deu o desenvolvimento do ensino de Artes no Brasil ajuda a perceber a área como um processo de construção, com avanços e influências das tendências pedagógicas que foram por sua vez determinadas por diversas ciências e também pelo momento histórico, considerando os aspectos sociais, culturais e econômicos de cada Período.

De acordo com Barbosa (2016), sobre o processo histórico das Artes Visuais no Brasil, em 1808 com a fuga de D. João VI de Portugal por conta de Napoleão Bonaparte, o que fez com que a corte mudasse temporariamente para o Brasil, foi potencializado o desenvolvimento cultural. Neste Período, se organizaram as escolas universitárias de medicina, direito, escola militar e uma Academia Imperial de Belas Artes que tinha como missão movimentar intelectualmente a corte.

Para a criação desta Academia, foram contratados na França artistas e arquitetos que chegaram ao Brasil em 1816 e durante esse processo, expandem no território o estilo Neoclássico e como consequência combatem o Barroco que havia crescido forte no Brasil, por influência das missões religiosas. O Barroco brasileiro tinha identidade própria, se diferenciando do português e italiano.

De acordo com Ana Mae Barbosa, oficialmente o ensino da Arte no Brasil, começa em 1826, quando é criada a Academia Imperial de Belas Artes. As influências no campo artístico sofrem, sucessivamente, quase sempre por imposição do governo, o modelo francês, inglês e norte americano.

Sob a influência francesa, em 1816 passaram 10 anos para criação da Academia, quando do decorrer dessa criação, já se produziam gravuras, pinturas, os arquitetos já criavam edifícios. Ao longo do tempo, houve mudanças substanciais no ensino de Artes, também projetado para o trabalho, quando começa a surgir o desenho industrial.

De acordo com Barbosa (2016, p. 674), fazendo referência à Academia Imperial de Belas Artes:

Os artistas que trouxeram e implantaram o Neoclássico eram a vanguarda internacional no seu tempo, despertando o ciúme nos portugueses que reclamam não haver em Portugal uma escola tão boa quanto a do Rio de Janeiro. O ensino da Academia influenciou as escolas de meninos ricos, mantidas por religiosos da Igreja Católica, que introduziram desenho no currículo, copiando estampas

e fazendo estampas e retratos. As escolas de meninas ricas, além do desenho, ensinavam piano e bordado. (BARBOSA, 2016, p.674)

A classe trabalhadora, portanto, muda e quem vai para a Academia de Belas Artes já é uma classe que tem inspirações aristocratas e passa a ser um símbolo de distinção social. Momento em que se acentua a desigualdade no acesso à Arte, que até hoje reflete e é considerada luxo, algo que podemos viver sem e que interessa a poucos. A imponência da Academia Imperial de Belas Artes pode ser verificada nas Figura 1 e 2, em que a fachada se compõe com uma escultura de bronze de João Caetano (1808-1863) e a arquitetura manifesta o estilo Neoclássico do momento histórico e das influências europeias e norte americanas.

Figura 1: Estátua em bronze de João Caetano (1808-1863)



Fonte: Arquivo da Academia de Belas Artes. RJ. Disponível em mapa.on.gov.br.

Figura 2: Fachada Academia Imperial de Belas Artes (1808-1863)



Fonte: Wikimidia.

A partir das influências da Academia de Belas Artes e somente depois de decretada a República, o desenho foi introduzido nas escolas primárias e secundárias obrigatoriamente. Rui Barbosa foi o responsável em elaborar um longo projeto de educação, em que o desenho era o principal eixo nas escolas, o projeto não foi implementado completamente, mas inspirou as mudanças educacionais.

O positivismo também teve uma grande influência neste período, levando o destaque da geometria que foi usada em nossa bandeira. A nossa flora e fauna brasileiras foram difundidas no final do século XIX pela Art Nouveau que além dos motivos indígenas caracterizavam o Nacionalismo e o Indianismo.

Conforme afirma Ana Mae Barbosa (2016), a Primeira República foi demarcada pelos Positivismo, Liberalismo e Nacionalismo, que no ano de 1889 pode

ser verificada nos elementos que compõem a bandeira do Brasil, por exemplo. Vários conteúdos didáticos da época, inclusive na Arte, sofreram influência da Revolução Industrial como a ampliação de figuras e vitrais.

Um momento que merece destaque na história do ensino de Artes Visuais no Brasil, com certeza foi o denominado Modernismo que compreendeu a tendência da Escola Nova e por consequência o movimento do Expressionismo na Arte.

A Semana de 1922 significou renovação cultural e um movimento simbólico de vanguarda. Forte, nesse período, os artistas se envolveram em diversas modalidades: artes plásticas, música, pintura, poesia, dança, provocando muitas mudanças no panorama da cultura brasileira nos anos de 1920 e 1930, o que causou um certo incômodo em alguns setores conservadores.

Houve a influência das pesquisas psicológicas divulgadas por psicólogos sobre novas descobertas acerca do desenvolvimento humano, fomentando mudanças na educação, sobretudo norte americanos, redirecionando o foco do ensino, saber, para o interesse do sujeito em aprender e operar. Esses incentivos marcaram o debate sobre a educação geral e o ensino de Artes em particular.

O Brasil foi introduzido no Modernismo com a Semana de Arte de 1922, mas somente em 1927, veio a reflexão do papel social da educação por meio de um viés democrático, em que a educação primária se tornou centro das atenções reformistas. Surgiu assim o movimento da Escola Nova em que a arte seria instrumento mobilizador da capacidade de criar. BARBOSA (2016, p.676) afirma:

Os pressupostos teóricos para a valorização da Arte na Escola Nova foram principalmente inspirados em John Dewey [...] As interpretações diversificadas de suas ideias conduziram a caminhos distintos do ensino da Arte no Brasil: a observação naturalista, a Arte como expressão de aula e como introjeção da apreciação dos elementos do desenho (deturpada na prática do desenho pedagógico).

Anísio Teixeira, expoente da Escola Nova no Brasil, é um dos intelectuais, cuja formação foi influenciada por John Dewey, neste período em que as interpretações no ensino da arte levavam a princípio uma observação naturalista.

John Dewey foi um filósofo norte-americano com uma grande importância na construção do pensamento durante a primeira metade do século XX, tanto nos

Estados Unidos como em outros lugares do mundo. Faleceu com 92 anos de idade, em 1952. Os seus pressupostos filosóficos defendiam a unidade entre teoria e prática, o que ele buscou desenvolver durante a vida por meio de suas ações como intelectual e como militante político defensor da democracia enquanto prática de liberdade, influenciando as reformas educacionais da época.

As considerações sobre a metodologia anunciavam procedimentos que consistiam em deixar a criança se expressar livremente. De acordo com o livro escrito na década de 1920, cujo título era “O Desenho espontâneo da criança” Nereu Sampaio *apud* Barbosa (2016) afirmou:

É comum vermos nas crianças o desejo de se expressar pelo desenho e pela cor. Se nos limitarmos a condescender com esse instinto, deixando que atue indefinidamente, não há procedimento mais accidental. É necessário, mediante a crítica, às sugestões e as perguntas, excitar a consciência do que fez e do que deve fazer, porque o resultado será satisfatório. (SAMPAIO, 1929, p. 16-17).

No Brasil, as Reformas Educacionais no período que compreendia o ano de 1929, por iniciativa de Fernando de Azevedo e em Minas Gerais, com Francisco Campos, entre 1927 e 1929, juntamente com a institucionalização da Associação Brasileira de Educação - ABE, divulgava as inovações na educação brasileira, do mesmo modo que na Arte-educação, o que influenciaria por muito tempo esta área em nosso país. (Barbosa, 2016)

As Reformas influenciaram a Arte-educação no Brasil, em que a ideia era a de apreciação como processo de integração de experiência, ensinavam as crianças a desenhar esquematicamente, onde se copiavam das lousas os esquemas de figuras prontas e modelares. A Arte também era usada como forma de fixação de conteúdo ou finalização deste. Na sequência desse período, são criadas no Brasil, as Escolinhas de Arte.

1.1 As Escolinhas de Arte do Brasil

As Escolinhas de Arte foram a materialização de um movimento que considerava as potencialidades da Arte-educação na formação das crianças e adolescentes. A proposta foi consequência da Escola Nova, cujas concepções e

práticas do ensino e da aprendizagem de Arte passaram por mudanças significativas.

A institucionalização das Escolinhas decorreu de Reformas Educacionais em diferentes lugares do Brasil: São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Fortemente influenciada pelo pensamento pedagógico internacional, mas que teve no Brasil, nomes que impulsionaram este movimento, tais como Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, Francisco Campos, dentre outros que implementaram as concepções e práticas do ensino de Arte sob forte influência de John Dewey.

Figura 3: Fachada Escolinha de Artes de Botafogo-RJ



Fonte: Caderno Zona Sul. O Globo, 2018. Disponível em: oglobo.globo.com.rj

A Figura 3 apresenta a fachada de uma das Escolinhas de Arte do Brasil, nesta, localizada em Botafogo, Rio de Janeiro, o cartaz apresenta a escola que “completa 70 anos com novos projetos”. Na década de 30 surgiram as primeiras Escolinhas de Arte como atividade extracurricular, com grande contribuição de Anita Malfatti e Mário de Andrade, na compreensão do ensino e aprendizagem de Arte e

nas abordagens metodológicas que envolviam a livre expressão da criança e a pesquisa da Arte como área de conhecimento científico, além de análise da produção pictórica da criança. De acordo com os autores e pesquisadores da Enciclopédia do Itaú Cultural, acerca da origem das Escolinhas de Arte:

A Escolinha de Arte do Brasil (EAB) é criada em 1948, no Rio de Janeiro, por iniciativa do artista pernambucano Augusto Rodrigues (1913 - 1993), da artista gaúcha Lúcia Alencastro Valentim (1921) e da escultora norte-americana Margareth Spencer (1914). A Escolinha, que coloca o foco nas distintas expressões artísticas (dança, pintura, teatro, desenho, poesia etc.), funciona nas dependências da Biblioteca Castro Alves, do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores de Estado - Ipase, voltada fundamentalmente para o público infantil. O filósofo e teórico da arte Herbert Read (1893 - 1968) fornece as principais inspirações para a experiência, sistematizadas em sua obra *Education through Art* (1943). As ideias de Read - ancoradas no princípio de que a educação é o fundamento da arte - são também conhecidas do público brasileiro da época em função da exposição de arte infantil por ele organizada no Museu Nacional de Belas Artes - MNBA, Rio de Janeiro, em 1941. (ItaúCultural, 2015, s/p).

As concepções que prevaleciam na Escolinha de Arte do Brasil foram uma tentativa de ampliação do repertório artístico com a inclusão de elementos da arte da cultura popular brasileira, promovendo relações entre as diferentes áreas artísticas com um modo inovador de ensino de Arte. De acordo com Lúcia Valentim: "Nossa grande mestra foi sem dúvida a criança. Havíamos decidido nos guiar por ela: observar o que ela fazia; oferecer situações novas e verificar como reagia; analisar o que recusava; documentar como progredia". (Itaú Cultural, 2015, s/p).

De acordo ainda com o histórico das Escolinhas, disponível na página do Itaú Cultural:

[...] as relações entre arte e educação especial mobilizam a Escolinha de Arte do Brasil desde o início, favorecidas por convênios com a Pestalozzi e com a Apae, por intermédio de Antipoff e de Nise da Silveira (1905 - 1999). [...] Outro traço importante do perfil e da atuação da Escolinha diz respeito às tentativas que empreende para difundir concepções mais modernas na área da educação artística com criação de veículos próprios como o jornal *Arte & Educação*, editado a partir de 1970. A produção de materiais específicos para o ensino de arte é outra inovação da Escolinha de Arte do Brasil, que sistematiza, pela primeira vez, técnicas pouco conhecidas e, até hoje, utilizadas pelas escolas. (ItaúCultural, 2015, s/p).

Deste modo, é imprescindível considerar a Escolinha de Arte no Brasil como uma iniciativa que teve inúmeros desdobramentos e influencia o ensino de Arte até os dias atuais nas diversas regiões de nosso país e da América Latina. Ainda de acordo com o seu histórico:

Sua criação está na base do Movimento Escolinhas de Arte - MEA, que congrega diversas escolinhas de arte, nos anos 1950, 1960 e 1970: a do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife, por exemplo. Podem ser considerados desdobramentos importantes da Escolinha de Arte do Brasil o Ateliê Infantil do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM/RJ, criado por Ivan Serpa (1923 - 1973), em 1972, e os cursos de licenciatura em educação artística, instituídos em 1973. Não se deve esquecer que a despeito da ênfase na liberdade de criação, o MEA procura interferir no ensino regular de arte nas escolas públicas. [...] Com o tempo, portanto, a Escolinha de Arte do Brasil volta-se também para o público adulto, tornando-se um importante centro de formação de profissionais que vão supervisionar experiências no Brasil e América Latina. (ItaúCultural, 2015, s/p).

Porém com a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 – 1945) muitos educadores foram perseguidos, o que atrasou o desenvolvimento da Arte-educação. Após este período com a redemocratização o argumento de que a Arte é uma forma de libertação ganhou força. Em 1947, após o fim da 2ª Guerra Mundial, começaram a aparecer ateliês para crianças em várias cidades do Brasil, orientados por artistas sem interferência do adulto. Era o Neo Expressionismo que dominou o pós-guerra.

Usando argumentos psicológicos, as Escolinhas de Arte começaram a tentar inspirar a escola comum na necessidade de deixar a criança se expressar e criar livremente, ao contrário dos programas do Ministério da Educação que não dava autonomia aos professores.

1.2 As influências econômicas, sociais e políticas no Ensino de Artes

Em 1958, foi incorporada a Arte nos currículos oficiais. Neste período várias escolas de renome foram criadas. Em 1960, articulou-se a tendência tecnicista na educação brasileira por coincidência do modelo socioeconômico desenvolvimentista

que começava a se concretizar no Brasil. Durante o mesmo período, o Golpe Militar estabeleceu condições para a implementação do mercado de consumo de industrializados sob a influência norte-americana, onde os técnicos impulsionaram e organizaram a reforma da educação brasileira. Os resultados dessa reforma refletiam os interesses da sociedade industrial, que considerava prioridade da escola o preparo técnico para o trabalho e para o mercado consumidor.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) acabou com a uniformização dos programas escolares, o que permitiu a continuidade de muitas experiências iniciadas, mas em 1964 a ditadura interrompeu.

Com a Ditadura as escolas experimentais foram desmontadas, a prática de artes se resumiu a desenhos alusivos a comemorações cívicas, religiosas e outras festas nas escolas primárias e desenhos geométricos nas secundárias. No fim da década de 1960 começaram algumas experiências relacionadas aos projetos de artes com o desenvolvimento dos processos mentais e a criatividade, tendo por influência Paulo Freire, na formação de professores que iriam atuar ativamente nas escolas (Barbosa, 2016).

O Tecnicismo na educação refere-se a uma abordagem pedagógica que enfatiza a importância do ensino de habilidades e técnicas específicas, muitas vezes em detrimento da expressão artística e da criatividade. No contexto da Educação Artística, de acordo com Ana Mae Barbosa (1981; 2016), durante a Ditadura Militar, o tecnicismo pode se manifestar como um foco excessivo no treinamento técnico, negligenciando a livre expressão artística.

A Lei Federal nº 5.692, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi uma legislação brasileira que estabeleceu as diretrizes gerais para a educação no Brasil. Regulamentou, entre outras coisas, a estrutura do sistema educacional, a obrigatoriedade da educação básica e as diretrizes curriculares para a educação no país.

A Lei Federal nº 5.692/71, teve um papel significativo na definição das políticas de educação no país, estabeleceu diretrizes para a educação nacional, incluindo o currículo escolar. Se a LDB de 1971 incluiu a Educação Artística no currículo oficial, isso significou que esta passaria a ser uma parte obrigatória da educação formal nas etapas de ensino, com implicações de como ela deveria ser

ensinada e avaliada.

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. (Legislação Informatizada - LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971 - Publicação Original).

A educação brasileira foi reformulada em 1971 com a Lei Federal denominada “Diretrizes e Bases da Educação” - LDB, a primeira em que foram estabelecidos os objetivos, o currículo e a obrigatoriedade do ensino de Arte, na então denominada Educação Artística, em que se apresentou alguma abertura às humanidades e ao trabalho criativo.

A Lei Federal que tornou obrigatória a Educação Artística nas escolas passou a exigir o Ensino Superior como formação inicial para professores de Arte, assim, o Governo Federal decidiu criar um curso universitário para a disciplina. O currículo de Licenciatura em Educação Artística na universidade era de 12 anos e “preparava” o professor para lecionar música, teatro, artes visuais, desenho e dança.

A falta de correspondência entre os objetivos e a prática foi piorada. O sistema educacional não exigia notas porque Arte-educação era concebida como atividade. Por um longo período apreciação artística e a história da arte não tinham vez na escola. As únicas imagens da sala de aula eram de livros didáticos ruins, folhas para colorir e imagens reproduzidas pelos próprios estudantes. Visitas a exposições foram raras. A fonte mais frequente de imagens neste período foi a TV, desenhos para colorir e cartazes pela cidade. A maioria das crianças não tinha revistas em casa. Nem mesmo nas escolas particulares eram usadas imagens adequadas. (BARBOSA, 2016)

Em 17 anos de ensino obrigatório de Educação Artística não foi desenvolvida a qualidade estética da Arte-educação no Brasil, de acordo com BARBOSA (1989).

Figura 4: Foto de Paulo Freire com Ana Mae Barbosa, Semana de Arte e Ensino, USP, 1980



Fonte: Departamento de Artes Plásticas ECA-USP. Foto: Reprodução.

De acordo com a Figura 4, em que Ana Mae Barbosa dialoga com Paulo Freire na Semana de Arte e Ensino da USP, pode-se constatar a importância desta intelectual para o processo histórico da Arte-educação em nosso país. Ela é, sem dúvida, uma referência. Em 2021, Ana Mae recebeu uma homenagem como Professora Emérita na USP, ao que comentou: “É um caso de amor. Muito grande. Uma paixão bem retribuída. Eu jamais poderia trabalhar em um lugar tão profícuo que me impulsionasse tanto, que me desse tanta liberdade”. (BARBOSA, USP, 2021).

De acordo com o site Ágora ECA, vinculado à USP, ela é precursora em Arte-Educação no Brasil, Ana Mae Barbosa é formada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, especializou-se em Arte-educação nos Estados Unidos e concluiu o Mestrado em 1974 no State College, e o Doutorado em 1978 na Boston University. Antes da faculdade, foi aluna de Paulo Freire e trabalharam juntos na Secretaria Estadual de Educação de Recife. Foi professora do Departamento de Artes e Comunicação da ECA 1974-1994, tendo sido responsável pela implantação da área de Arte-Educação no país. Criou o primeiro programa de pós-graduação em Arte-Educação tendo orientação de dezenas de estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado e assim formando artistas e educadores. O seu mais recente

reconhecimento foi em 02 de dezembro do presente ano em que recebeu o título de Professora Doutora Honoris Causa da Universidad Nacional de las Artes, em Buenos Aires, Argentina.

Sobre a Abordagem Triangular do Ensino das Artes e Culturas Visuais, tem-se que é uma teoria complexa em permanente construção para uma constante resposta ao contemporâneo, sistematizada por Ana Mae Barbosa, ancora-se em três pontos: Ler, Fazer e Contextualizar. O que garante uma experiência artística, onde o educando é tomado por relevância. Desse modo, expande as visões sobre códigos históricos e sociais. (SILVA; LAMPERT *apud* BARBOSA, 2016, p. 89).

As Artes Visuais, como disciplina na educação básica brasileira, passou ao longo da história por diferentes nomenclaturas, incluindo diversos desdobramentos acerca das concepções e metodologias de ensino. Desde a expressividade como algo sem referências diretas às imagens, até a contextualização da História da Arte, o que o Período Modernista sugestionou a inclinação ao espontaneísmo. A imagem negligenciada e as associações emocionais prevaleciam sobre os exercícios e experiências artísticas realizadas em prol da expressividade “pura” do educando em que se priorizava pela “originalidade”.

1.3 Contribuições da Abordagem Triangular

De acordo com o artigo: Arte educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras (BARBOSA, 2006), a abordagem triangular tem sido amplamente adotada em escolas de todo o Brasil como um guia para o ensino de arte, incluindo a educação básica. Utilizando três eixos como partida: Ler, Fazer e Contextualizar.

Figuras 5 e 6: Exemplos de atividade realizada a partir da A. Triangular



A negra, Tarsila do Amaral, 1923.

Fonte: arquivo Ana Mae Barbosa.



Abaporu, Tarsila do Amaral, 1928.

Fonte: arquivo Ana Mae Barbosa.

Fonte: Arquivo BARBOSA, 2016.

Detalhando mais sobre o a utilização dos 3 eixos, de acordo com Ana Mae Barbosa e SILVA; LAMPERT (2016, p.92-93):

Eixo do Ver: Neste primeiro eixo, os estudantes são incentivados a observar, analisar e interpretar obras de arte. Eles aprendem a desenvolver habilidades de observação crítica, a compreender os elementos visuais e a apreciar a diversidade de formas de expressão artística.

Eixo do Fazer: O segundo eixo envolve a prática artística. Os alunos são encorajados a experimentar diferentes materiais e técnicas, explorando sua própria criatividade. Eles têm a oportunidade de criar suas próprias obras de arte, aplicando os conhecimentos adquiridos no eixo do ver.

Eixo do Contextualizar: Este terceiro eixo tem como objetivo conectar as experiências dos estudantes no eixo do ver e do fazer

com o contexto cultural e histórico. Os estudantes aprendem sobre artistas, movimentos artísticos, sociedade e cultura, entendendo como a arte se relaciona com o mundo ao seu redor.

Na educação básica no Brasil, a abordagem triangular é frequentemente usada para estruturar as aulas de Artes Visuais. Ela promove a aprendizagem significativa, o desenvolvimento da criatividade e o entendimento da importância da Arte na cultura e na sociedade. Além disso, essa abordagem permite que os estudantes se aproximem delas de maneira mais holística, explorando tanto a produção artística quanto a apreciação estética.

É importante ressaltar que a abordagem triangular pode ser adaptada de acordo com a faixa etária e o nível de desenvolvimento dos estudantes na educação básica, de modo a atender às necessidades específicas de cada grupo. Ela enfatiza a importância da Arte como parte integrante do currículo escolar e como uma ferramenta para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais, bem como para o enriquecimento cultural dos estudantes.

Para concluir, Ana Mae, afirma: “aquilo que você vive, aquilo que você conhece, enfim. Então, a gente vive dependendo dos contextos para tomar posição, e educação é contexto” (BARBOSA, 2016, p.93).

1.4 O processo de redemocratização no Brasil e os reflexos na Arte-educação

Os anos 80 foram identificados como a década crítica, de transição da educação imposta pela Ditadura Militar, para a redemocratização do país. A Constituição da Nova República de 1988 menciona cinco vezes as artes no que se refere à proteção de obras, liberdade de expressão e identidade nacional.

A Carta Magna ou a Constituição da República Federativa do Brasil é um marco na redemocratização do nosso país e reflete nas políticas educacionais posteriores, inclusive nos processos de ensino das Artes Visuais, incidindo no currículo e nas concepções e abordagens metodológicas, a partir dos princípios que citamos diretamente abaixo:

Na seção sobre educação, art. 206, parágrafo II a constituição determina em seu Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o

pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; *Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006. VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. *Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006. Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. *Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. *Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996. (BRASIL, CF, 1988)

Esta é uma conquista de toda a categoria docente e de arte-educadores que pressionaram e persuadiram a Câmara de Deputados que tinha a responsabilidade de delinear linhas mestras da nova Constituição.

De acordo com Ana Mae Barbosa, os arte-educadores no Brasil são politicamente ativos, através de debates estruturados, ações culturais e de Arte-educação. Até aquele momento só existia uma associação no âmbito nacional, a SOBREAT. A primeira associação regional foi criada em São Paulo, a AESP (Associação de Arte-educadores de São Paulo) e em seguida foi criada a ANARTE (Associação de Arte-educadores do Nordeste). Estas associações são fortes pontos de batalha por melhores condições de ensino de arte.

Atualmente, a Federação de Arte Educadores no Brasil (FAEB) possui um papel fundamental no acompanhamento das políticas educacionais relativas ao ensino de Arte. Conforme o texto de apresentação da página eletrônica:

A Federação de Arte/Educadores do Brasil – congrega ações de professores e pesquisadores responsáveis por uma significativa

produção de conhecimento referente a temas da educação básica, do ensino superior e da pós-graduação, bem como dos processos educativos informais e não-formais das artes visuais, dança, música e teatro. A FAEB foi criada em 1987 durante o primeiro evento que reuniu arte/educadores no Brasil em Taguatinga/Distrito Federal. Se constitui na primeira entidade civil voltada para a pesquisa e o ensino das áreas artísticas (artes visuais, música, teatro e dança), em âmbito nacional, congregando Associações e uma rede de Representantes Estaduais em todas as regiões do país, vinculados/as às redes de Educação Municipal, Estadual, Universidades e Institutos Federais, além de professores que atuam em contextos de educação não formal. (<https://faeb.com.br/sobre-a-faeb/>, 2023, s/p.)

A preocupação dessas associações foi preparar os arte-educadores para retirar a manipulação do governo em relação à Educação Artística. Porém poucas associações teriam tempo de desenvolver programas de pesquisa, daí um período de formação fraca e superficial no que diz respeito ao conhecimento da Arte.

Foram criados cursos de especialização de um ano de duração, cursos de pós-graduação e em programas de mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo, que era o único local no Brasil que oferecia na década de 1980.

Os cursos de atualização e treinamento financiados pelo governo para professores de artes das escolas públicas primárias começaram a acontecer após a Ditadura Militar. Os cursos de apreciação artística foram baseados na decodificação do ambiente estético da cidade com críticos tentando ajudar os estudantes a analisarem o seu próprio trabalho artístico e localizá-lo no contexto histórico social.

Os cursos da Universidade de São Paulo foram baseados no conceito de Arte-educação como epistemologia, ou seja, as etapas e limites do conhecimento humano, onde a primeira ideia é que a esta pode preparar seres humanos desenvolvendo a sensibilidade e a criatividade para suas vidas.

Outra ideia que surgiu é de que pessoas e profissionais envolvidos com a imagens (TV, publicidade) e com o meio produzido (arquitetura, moda) são melhores se tiverem o conhecimento artístico.

Os projetos financiados pela FUNARTE (Fundação Nacional Pelas Artes do Ministério da Cultura), enfatizavam a arte comunitária para crianças, adolescentes e professores de artes. Contudo, não se sabia os limites da invasão da auto expressão dos estudantes que ficavam chocados com a introdução de imagens em sala. O preconceito de crianças observarem trabalhos de arte de adultos foi forte na escola primária.

Neste período da década de 80, 50% dos professores não tinham preparo para lecionar arte e pensavam que ensinar arte seria dar folhas para colorir em dias comemorativos (Dia das Mães, Páscoa, Natal, etc) não se tinha conhecimento sobre auto expressão ou educação estética.

Em 1987, começa o programa de arte educação no Museu de Arte Contemporânea (MAC), combinando o trabalho prático com história da arte e leitura de obras de arte. A metodologia era que a leitura de uma obra variava de acordo com o conhecimento anterior e poderia ser estético, semiológico, iconológico etc. A leitura da obra de arte não poderia se transformar em um simples questionário. A ideia de leitura é construir uma metalinguagem, ou seja, uma linguagem natural que serve para descrever uma outra linguagem. Como falar de uma pintura, um outro discurso, às vezes silencioso outras vezes gráficos etc.

A arte não está isolada na nossa história pessoal, ela não está separada da economia, da política e dos padrões sociais. Ideias e emoções mudam de tempos em tempos, a história é construída a partir de cada obra analisada, porém alguns educadores ficaram chocados com as reinterpretações por considerá-las impositivas em relação ao processo criativo.

Foram realizadas palestras onde era apresentado como as/os artistas se inspiram em diversos contextos imagéticos e percursos de outras e outros artistas e que isso não deveria ficar restrito, mas que estudantes de Arte também deveriam acessar, partir de imagens, conhecer percursos artísticos.

Que ao aprender a ler imagens de artistas, as/os estudantes aprendem a ler o seu meio; que a percepção de quem observa, contempla, analisa, não existe sem influências e que no ensino da arte existe a mimese, o termo grego que significa imitar. Durante as palestras alguns grupos aceitaram os argumentos e outros tiveram reações agressivas (BARBOSA, 2016).

1.5 A Arte-educação a partir da LDB 9394/96: foco no ensino de Arte

A década de 1990 foi um divisor de águas do ensino de Artes Visuais no Brasil, tem suma importância atualmente. Como descrito anteriormente, este foi incluído no currículo escolar pela LDB de 1971, como Educação Artística, porém, com o enfoque de “atividade educativa” e não como disciplina e/ou campo do

conhecimento científico.

Em 1988, no processo de redemocratização e da promulgação da atual Constituição Federal, foram muitas as discussões acerca da educação e a Arte, ainda esteve sob o risco de não compor oficialmente o currículo escolar, o que levou educadores da área, associações a se organizarem em manifestações reivindicando a garantia e o estudo das artes na escola.

Apenas com a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 que, finalmente, a área de Artes foi reconhecida como disciplina obrigatória, componente da educação básica. De acordo com o que dispõe o parágrafo 2º do artigo 26: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.” Sobre a qual vale destacar:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

[...] § 2º **O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.** (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

[...] § 6º **As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular** de que trata o § 2o deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.278, de 2016)

[...] § 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais. (Incluído pela Lei nº 13.006, de 2014)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se **obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.** (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação

da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). (BRASIL, Lei Nº9.394/96, 1996. Grifo nosso).

Como podemos perceber a partir da citação, a LDB vigente concretiza anseios e institucionaliza a área de Artes na educação básica, como obrigatório o ensino das quatro linguagens, incorporando conteúdos “especialmente em suas expressões regionais” e “referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros”. **Para tanto, foi fundamental o desenvolvimento dos seguintes documentos curriculares: Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (1998); as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN's (2012) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017),** seguida do documento que embasa a organização das matrizes e o trabalho pedagógico das escolas de ensino fundamental e médio de Goiás, o **Documento Curricular de Goiás - DC-GO (2020)**. Trechos importantes destes documentos constam em anexo ao TCC.

Todos estes documentos, passíveis de críticas e lacunas, pois tratam de uma construção humana, histórica e cultural, com intenções políticas e por vezes contraditórias - o currículo não é neutro - tem consolidado a Arte como um campo de conhecimento e delineado conteúdos, percursos metodológicos e concepções que possibilitam, aos poucos, uma melhor qualidade de ensino das Artes Visuais.

Os PCN's possuem três propostas onde a primeira é o reconhecimento sobre a importância do estudo da imagem, tendo como correntes destas tendências o Museu de Arte de São Paulo e a Bienal.

A segunda proposta reforça a herança e estética dos estudantes, levando em consideração seu meio, pois se não for bem conduzido, podem criar guetos culturais sem permitir a decodificação de outras formas de arte, como por exemplo:

a falta de comunicação da cultura popular e da cultura elitizada.

E a terceira, prevê uma forte influência da arte comunitária na Arte-educação formal, que é o que presenciamos atualmente com festivais de rua, comemorações regionais, festas religiosas... Onde instituições como a FUNARTE desenvolvem programas numa escala de projeção nacional vinculadas às Secretarias de Cultura Estaduais, que engajam por esses programas por trazerem votos para eleições.

Outra linha que se destaca é a iniciação ao design, onde se desenvolve a consciência de que o artefato terá mais qualidade se apelar para a imaginação e conhecimento artístico. Essas tendências influenciam a Arte-educação a assumir valores estéticos e culturais no Brasil.

O conhecimento da Arte envolve a experiência de fazer formas artísticas e toda a experimentação criadora (recursos pessoais, habilidades, pesquisa de materiais e técnicas), além da experiência de refletir sobre a arte como objeto de conhecimento, onde importam dados sobre a cultura, em que o trabalho artístico foi realizado, a história da arte, os elementos e os princípios formais que constituem a produção artística. (BRASIL, 1998. PCN Arte)

Assim, a Arte dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, situa-se como um tipo de conhecimento que envolve tanto experiência de apropriação de produtos artísticos, quanto o desenvolvimento da competência de configurar os significados. Ou seja, aprender arte envolve não apenas uma atividade de produção artística pelos estudantes, mas também a conquista da significação do que fazem pelo desenvolvimento da percepção estética, alimentada pelo contato com o fenômeno artístico visto como objeto de cultura através da história.

É importante que os estudantes compreendam o sentido do fazer artístico, que suas experiências de desenhar, cantar, dançar, não são atividades que visam distrair e sim, que por meio delas o estudante percorre trajetos de aprendizagem que propiciam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo, além de contribuir para a apreensão significativa dos conteúdos de outras disciplinas do currículo.

O aprendizado artístico envolve um conjunto de diferentes tipos de conhecimentos, que visam à criação de significações, exercitando a constante possibilidade de transformação, podendo contextualizar a época em que se vive na sua relação com as demais.

Arte é um modo privilegiado de conhecimento e aproximação entre indivíduos de culturas distintas. A área da Arte tem uma função importante a cumprir. Ela humaniza o homem historicamente. Ensinar Arte em consonância com os modos de aprendizagem do estudante significa não isolar a escola sobre a produção histórica e social da arte, porém garantir a liberdade de imaginar e realizar propostas artísticas pessoais ou grupais.

Cabe ao professor escolher os modos e os recursos didáticos adequados para apresentar as informações. É papel da escola incluir as informações sobre a arte produzida nos âmbitos regional, nacional e internacional.

O Ensino Fundamental é um momento escolar especial na vida dos estudantes, pois nesse momento de seu desenvolvimento eles tendem a se aproximar das questões do universo adulto e tentam compreendê-las dentro de suas possibilidades. No que se refere ao ensino Arte, há a consciência que essa é uma área do conhecimento que promove reflexões sobre a existência humana, as relações sociais e os processos históricos.

A aprendizagem em Arte acompanha o processo de desenvolvimento geral da criança e do jovem. Cabe à Escola orientar o trabalho com o objetivo de preservar e impulsionar a dinâmica do desenvolvimento e da aprendizagem, favorecendo o contato com os conteúdos, temas e atividades.

Ao professor cabe subsidiar os estudantes com informações e procedimentos de Artes que podem e querem dominar, orientando o desenvolvimento do trabalho pessoal, proporcionando a eles a realização de suas próprias escolhas, concretizando assim, projetos pessoais e grupais. Com relação aos conteúdos, orienta-se o ensino da área de modo a acolher a diversidade do repertório cultural que a criança traz, a trabalhar com produtos da comunidade onde a escola está inserida. (BRASIL, 1998. PCN Arte)

O fenômeno artístico está presente em diferentes manifestações que compõem os acervos da cultura popular, erudita, modernos meios de comunicação e novas tecnologias. O ensino de Arte é a área de conhecimento com conteúdos específicos e deve ser consolidada como currículo escolar, requerendo a capacitação dos professores.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam o ensino e a aprendizagem de conteúdos que contribuem para a formação do cidadão, fazendo com que

busquem igualdade de entendimento sobre a produção artística regional, nacional e internacional. A seleção e a ordem de conteúdos gerais de Arte têm o papel de propor e classificar alguns critérios, conforme anexo ao TCC.

Tal aprendizagem diz respeito à possibilidade que os estudantes desenvolvam um processo contínuo e cada vez mais complexo no domínio de conhecimento artístico e estético. O conjunto de conteúdos está expresso dentro do contexto de ensino e aprendizagem em três condutores: a produção, a fruição e a reflexão.

Desse modo, o primeiro capítulo teve o objetivo de compreender o ensino de Arte no Brasil, ao longo da história e especialmente como vem se desenvolvendo nos dias atuais, principalmente a partir das pesquisas e das políticas educacionais ligadas ao currículo. A Figura 7 apresenta uma Linha do Tempo que retrata este estudo.

O que é importante para analisar o itinerário da formação artística e cultural ao longo do tempo em nosso país e se há relação com a cidadania e valorização dos bens arquitetônicos e culturais, os quais foram fortemente atacados no dia 8 de janeiro; a hipótese é que o fato reflete a falta de trabalhar mais e de modo humanizado os conteúdos das diferentes disciplinas, com o foco na história e na Arte, em todo território brasileiro para que fatos bárbaros com este não se repitam.

Verificamos, que a nível de política curricular, tanto nos PCN's, quanto na BNCC são apresentados temas, objetivos de aprendizagem e conteúdos relativos a esta questão, o que nos leva a concluir que se prevê na formação dos sujeitos uma consciência e respeito às obras de arte que remetem à memória e identidade de um povo.

Figura 7: Linha do Tempo do ensino de Artes no Brasil

LINHA DO TEMPO SOBRE: ARTE E EDUCAÇÃO NO BRASIL



Fonte: própria autoria.

2. UM OLHAR SOBRE BRASÍLIA: PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

Brasília é a cidade capital do Brasil, situada no Centro-Oeste do país, no Distrito Federal, foi o primeiro conjunto urbano do século XX a ser reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1987, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). (IPHAN, 2017, s/p). Concebida, projetada e construída entre 1957 e 1960, Brasília é parte de um projeto nacional de modernização do país, conduzido pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

Brasília apresenta, deste modo, muitas características a serem apreciadas pela particularidade de sua fundação e existência estratégica no centro do país.

A inscrição do Plano Piloto de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial deveu-se, sobretudo, à sua singularidade, à manutenção de seus princípios fundadores e ao caráter universal de sua concepção. A cidade encontra-se em processo de consolidação de acordo com seu caráter de cidade-capital, em função dos equipamentos que progressivamente vão sendo instalados. Os setores urbanos preconizados em sua concepção estão sendo complementados e, por assim dizer, concluídos, mantendo os seus princípios urbanísticos norteadores, transformações estas que não comprometeram a integridade do valor singular e excepcional do Plano Piloto de Lúcio Costa, que estão mantidos física e simbolicamente. (IPHAN, 2017, s/p)

O significado de Patrimônio Mundial resguarda os aspectos arquitetônicos, mas também simbólicos de Brasília que possui o tombamento de seu conjunto urbanístico pelos Governos Federal e do Distrito Federal. Conforme publicou o arquiteto Carlos Madson Reis:

Lucio Costa, ao romper com a estrutura do quarteirão convencional, abrindo-o e transformando-o em um amplo bosque entremeado por blocos residenciais multifamiliares, de até seis pavimentos em pilotis livres, liberando o chão para uso público indistinto, concebeu uma nova maneira de morar em área urbana, estruturada no que ele denominou de escala residencial ou cotidiana. (IPHAN, 2017, s/p)

Compreende-se a partir disso, que Brasília não se trata apenas de um conjunto arquitetônico ligado à perspectiva de modernização do projeto nacionalista de desenvolvimento, mais do que isso, instaura um modo de viver o cotidiano em

uma grande cidade, tanto que o se busca preservar, de acordo com o Iphan, são as características e a articulação das quatro escalas: monumental, residencial, bucólica e gregária.

De acordo com o histórico apresentado pelo Instituto do Patrimônio no Brasil, o planejamento e a construção do Plano Piloto de Brasília se deram por meio do Concurso Nacional, realizado pelo presidente Kubitschek, em 1957. O vencedor do concurso foi Lúcio Costa, responsável pelo desenho e monumentalidade da cidade, conforme as Figuras abaixo. Junto ao também arquiteto e urbanista Oscar Niemeyer, concebeu uma das maiores realizações culturais do século XX.

Ainda conforme o levantamento histórico, a ideia de centralizar geograficamente a capital do Brasil não foi nova, remonta ao Período Colonial em que o Marquês de Pombal, um dos principais ministros de D. José, rei de Portugal, já teria proposto mudar a capital do Império Português para o interior do Brasil Colônia. Foram feitas muitas propostas e estudos de localização, quando o então presidente Dutra, muitos anos depois, já no Brasil República, definiu o território que se tornaria o Distrito Federal. Assim descreve o Iphan:

Juscelino Kubitschek de Oliveira estabeleceu a construção de Brasília como meta síntese de seu Plano de Metas. Em 1956, foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e publicado o edital do Concurso Nacional do Plano Piloto, o qual já estabelecia os contornos do Lago Paranoá e a localização do futuro aeroporto e do Palácio da Alvorada, residência da Presidência da República. Inaugurada em 21 de abril de 1960, Brasília cumpriu sua missão histórica de promover a integração do território brasileiro e de interiorizar o desenvolvimento. Além de sediar o Governo Federal, a capital é um grande centro prestador de serviços, com acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico de grande beleza e singularidade. Logo após a inauguração da cidade, o Presidente Kubitschek solicitou ao então chefe do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 15 de junho de 1960, a análise do tombamento do Plano Piloto [...]. (IPHAN, 2017, s/p)

Deste modo, é consenso que depois de 36 anos de tombamento pelo Governo Federal foi uma iniciativa importante de conservação e preservação da cidade e de sua história. Além de Patrimônio da Humanidade pela Unesco, este foi um jeito de manter os seus valores, concepção urbanística de moradia, cotidiano e funcionamento político. Entretanto, estes dispositivos não foram suficientes para

evitar a depredação do que presenciamos no dia 8 de janeiro de 2023, fato sobre o qual discorreremos na parte 3 do texto.

2.1 Meu olhar sobre Brasília

Brasília, patrimônio arquitetônico, cultural e artístico do Brasil. Deve-se ampliar o olhar sobre ela. Tão bela, inovadora construída no Planalto Central, nela é tudo horizonte, a vista se vai ao longe, se deleita no céu azul.

Terra vermelha, redemoinhos nos retém ao seu início, período de governo JK, que juntamente com Lucio Costa e Oscar Niemeyer fizeram o sonho se tornar realidade.

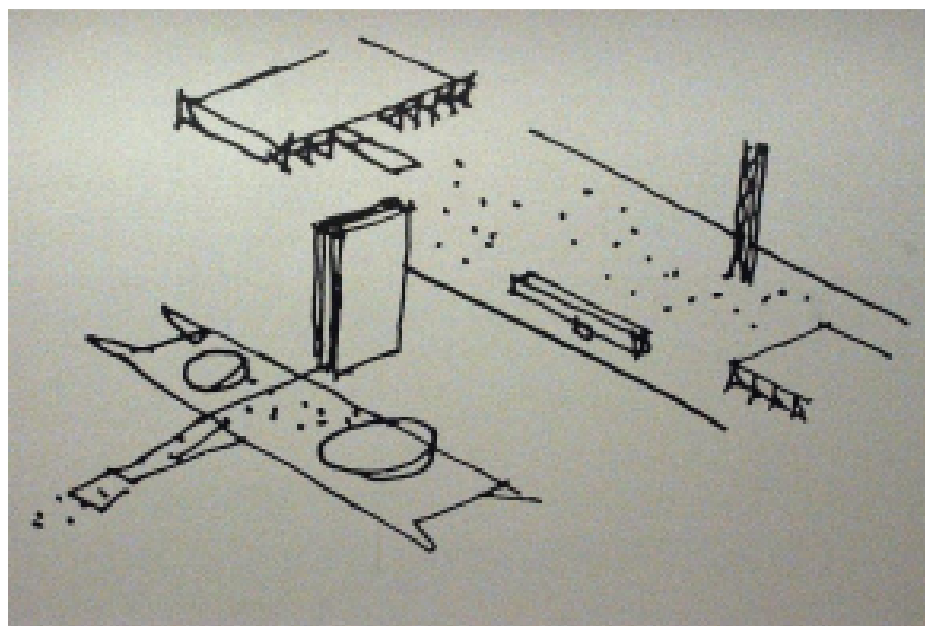
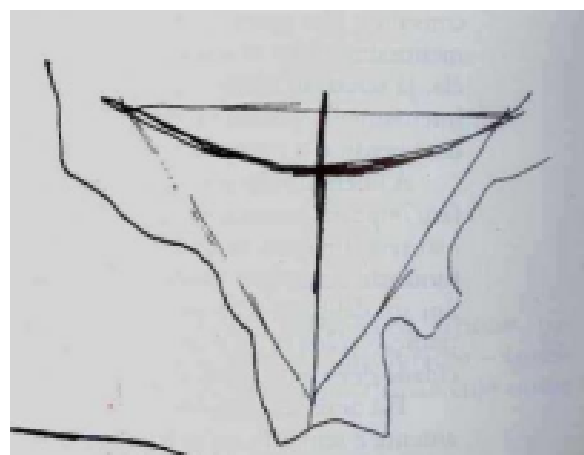
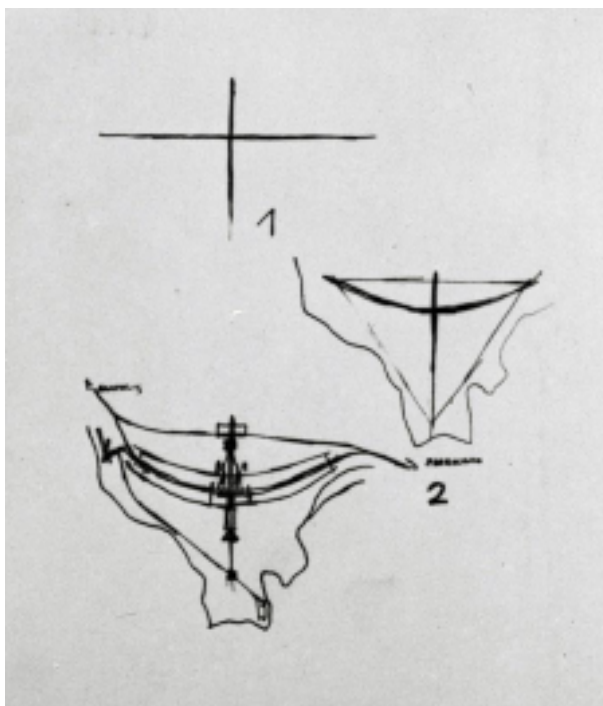
Dois traços marcam a simplicidade do projeto, brasileiros de todos os cantos acreditaram e vieram participar desta construção. A partir deste momento nasce a cosmopolita cidade, uma mistura de todas as gentes, de todos os sotaques, manias e raças.

Um aspecto bem interessante é que nesse meio tem um belo pedaço do início da minha origem, meu avô, um candango, como chamavam os primeiros a iniciar esta empreitada, demarcar espaços, fazer barracos, marcar lotes, morar em alojamentos, uma linda aventura começando, ele mineiro, logo após minha avó nordestina, sonhadora assim como Brasília foi, uma rua em um bloco todo um Brasil representado.

Andar por Brasília é um passeio encantador, tantas vezes realizado, sempre um belo cenário. Os 2 traços representam o Plano piloto inicial que parece um avião, tendo em seu traço vertical o Eixo monumental, com traço horizontal corresponde às 2 asas (Norte e Sul) onde se encontram as áreas residenciais e comerciais.

Vale salientar que na ponta leste do eixo monumental encontra-se o Congresso Nacional composto pela Câmara e Senado federal em suas cúpulas, onde o nascer do sol em meio ao cerrado é espetacular. Ao lado do congresso estão o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, formando a Praça dos Três Poderes, executivo, legislativo e judiciário. Tão fortemente atacada no 8 de janeiro de 2023.

Figuras 9, 10 e 11: Desenhos de Lucio Costa



Fonte: O Projeto do Plano Piloto de Lucio Costa. Arquivo Público do Distrito Federal.

Para entender este caminho, vale continuar o passeio ao reverso, subimos a Esplanada onde se encontram os Ministérios, Catedral, Teatro Nacional, Museu Nacional, Biblioteca Nacional dentre outros. Todos repletos de Arte em todos seus

formatos, esculturas, pinturas, fotografias, vitrais, prédios etc.

Ao centro temos o complexo rodoviário onde conseguimos ouvir: “As ruas têm cheiro de gasolina e óleo diesel por toda plataforma, toda plataforma, você não vê a torre”. Renato Russo. Como o próprio nome diz, encontram-se os principais prédios e monumentos.

Passando a plataforma onde embaixo está o famoso “Buraco do Tatu”, seguimos a subida chegando à Torre de TV, com sua linda feira de artesanato. Ao redor do setor hoteleiro norte e sul, mais acima o setor esportivo com o Estádio Nacional Mané Garrincha e outros complexos esportivos.

Tudo é grandioso, amplo, por isso Brasília também é conhecida como cidade automóvel, as caminhadas por aqui são raras.

Após temos o Centro administrativo do Governo Federal com o Palácio do Buriti e tribunais regionais. Subindo chegamos ao Setor Militar e sua linda Praça dos Cristais, conforme a Figura 11, onde os acampamentos antidemocráticos se instalaram.

Figura 12: Praça Cívica/ dos Cristais. Projetada por Roberto Burle Marx. Está localizada em Brasília, no Setor Militar Urbano



Fonte: Jornal de Brasília.

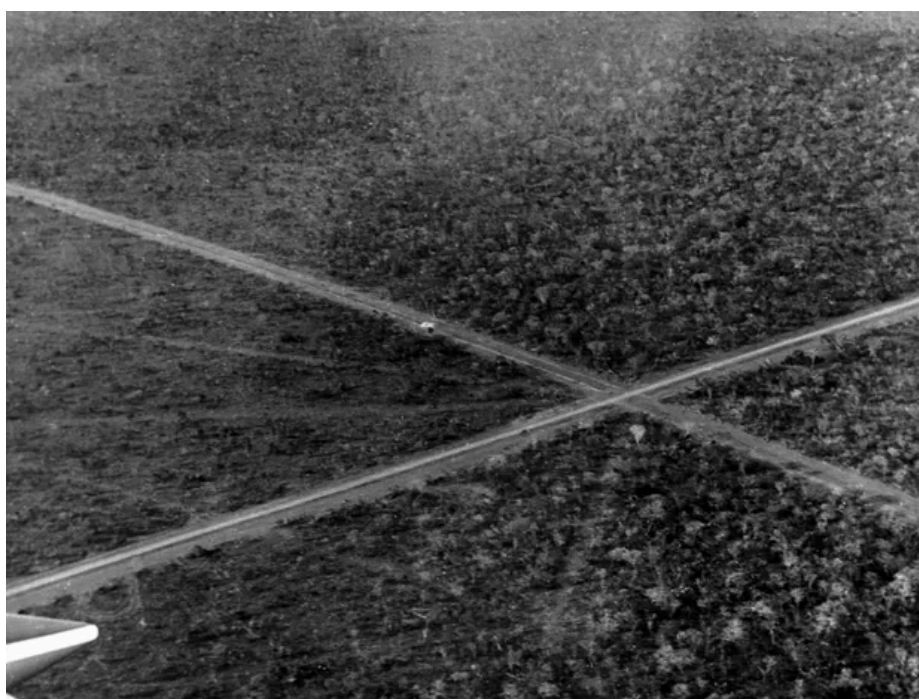
A cidade qualifica-se como obra de arte quando sua forma reúne e expressa numa totalidade plástica e plenitude das faculdades humanas, que ficou como missão atribuída ao urbanista Lucio Costa.

O sentido estético da cidade, pelo qual é apreendida como obra de arte, é facultado pelo partido urbanístico, pelo gesto que articula as diversas escalas: “gesto primário de quem assimila um lugar ou dele toma posse: os dois eixos cruzando-se em ângulo reto... definindo “estruturalmente, três partes totalmente entrosadas” (Costa 1995, p.284).

2.1.1 Relato de um candango e pioneiro

Para levantar a Brasília monumental, veio primeiro a Brasília operária. Nesta parte do texto apresento algumas narrativas pessoais de minha família da fundação da capital de nosso país.

Figura 13: Cruzamento do Eixo Monumental com o Eixo Rodoviário, do Eixão, o ponto zero da cidade imaginada pelo urbanista Lucio Costa. Brasília, 1957.



Fonte: Foto de Mario Fontenelle/Arquivo Público do Distrito Federal.

O ano era 1958 quando ainda jovem meu avô, Edson Altino de Oliveira, então com 18 anos, saiu da sua cidade natal entre as montanhas de Minas Gerais, próximo ao local Pico da Bandeira, perto da divisa com Espírito Santo e como oportunidade de sair da condição precária que estava, se alistou no serviço militar em Juiz de Fora, de lá foi para o Rio de Janeiro, onde sua irmã morava.

Seu cunhado já estava em Brasília onde ele se depara com a oportunidade que surgia com a construção da nova capital, conforme a Figura 14 que apresenta um compilado de fotografias da época de fundação de Brasília.

Figura 14: Compilado de fotos, Edson Altino de Oliveira.



Fonte: Acervo pessoal. Brasília, 2023.

Chegando se torna pioneiro ou candango, termos utilizados, para definir os pioneiros e construtores de Brasília. Como construtor, ficou pouco, logo se destacou por saber ler e escrever entre os demais. Passou a fazer demarcações em meio a terra vermelha e redemoinhos, muito comuns na época e a estranhar a grande amplitude, e o clima do lugar, bastante seco, quente e temperaturas baixas na madrugada.

Em seguida, foi contratado para fazer o pagamento dos “peões”, foi crescendo profissionalmente e ao invés de voltar ao seu estado de origem, como muitos, não retornou, e sim trouxe toda a família, tirando assim todos da situação precária que se encontravam, pois via em Brasília uma terra de oportunidades.

O barulho das obras era intermitente, não parava, dia e noite, num ritmo acelerado. Morava inicialmente na Vila Amaury, vila essa de onde tiveram que sair às pressas quando as comportas do Lago Paranoá foram abertas, e essa vila encontra-se submersa.

Todos foram encaminhados para as Cidades Satélites, onde receberam lotes e material para fazerem seus barracos. A inauguração foi um momento especial, foram 3 dias de festa. O sentimento de pertencimento e amor a essa capital tão bonita e organizada só cresceu.

Foi trabalhar na sede do governo na área de Fiscalização de Obras, onde conheceu e trabalhou com importantes construtores, e sempre repassou essa história para nossa família, pontuando sempre o valor patrimonial de Brasília, onde construção civil, arquitetura e arte se encontram.

Hoje ele faz palestras em Brasília contando como foi sua participação, como candango em escolas públicas do DF, conforme a Figura 15:

Figura 15: Escola Classe 01 Sobradinho



Fonte: acervo próprio, 2016.

Cheguei em Brasília em 1959, vi todos os inícios, todas as posses, passei pelo golpe de 64, trabalhei com autoridades e convivi na cúpula. O 8 de janeiro foi uma coisa terrível, um despreparo do povo e dos militares que apoiaram.

As pessoas já vieram preparadas com ideias, nunca vi destruição de patrimônio público, estou aqui em Brasília há mais de 60 anos e já estou com mais de 80.

O acervo de Brasília foi destruído por questões políticas e pessoais.

Mesmo recuperando fará falta para os mais jovens que precisam da cultura anterior.

Senti que foi atacada a imagem dos pioneiros, foi degradada Brasília e jamais saíra do pensamento pois foram ações irreparáveis para a história de Brasília. Atitudes desnecessárias, as manifestações ocorreram de forma errada e equivocada. (Relato transcrito da forma direta. Acervo próprio, 2023).

2.2 Brasília: uma cidade e o seu patrimônio arquitetônico, artístico e cultural

A preservação de Brasília frequentemente tem sido confrontada com seu crescimento. Conversam-se traços que fazem de Brasília Patrimônio da Humanidade. O centro é envolvido pela área urbana, mas na concepção urbanística da cidade Lucio Costa teve intenção de marcar a posição da Praça, era em parte, com o objetivo de acentuar o contraste da parte civilizada, de comando do país com a natureza do cerrado.

Na abordagem de Brasília como patrimônio cultural fica claro que se fala de Interesse Especial de Preservação conforme demarcada pela UNESCO, que identificou a cidade como Patrimônio da Humanidade, em 1987.

No relatório do Plano Piloto de Brasília a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes impactam a paisagem intensamente atuante no imaginário social. O que requer atenção na Brasília-patrimônio assim como seus traços significativos para a população.

A preservação tem-se apenas por monumentos e os documentos, acervos sob evidente restrição cognitiva e cujo conhecimento depende de acessos pouco disponíveis, ou medidas de proteção se tem direcionado ao cenário de práticas cotidianas apenas daqueles que fazem desta cidade sua casa, seu lugar de trabalho

aos que ela visita e se emociona.

Pede-se por métodos para resolver o dilema entre preservação e crescimento e conduta adequada ao sentido social da conservação dos bens culturais, onde o entendimento cotidiano tem o papel fundamental. Por essas razões, tem de ter seleção de informações morfológicas conscientes responsáveis pelo entendimento da Brasília Patrimônio no cotidiano.

Conversando com Luiz Sarmiento, servidor do Iphan e presidente do Instituto de Arquitetos do Distrito Federal (IAB-DF), Luiz apontou a questão simbólica dos ataques e a necessidade de informar e promover a reflexão na sociedade:

Os danos causados ao patrimônio representam uma incompreensão do país e dos bens atingidos, que extrapolam a materialidade. Nós arquitetos estamos à disposição para movimentar nossa rede para trabalharmos a Educação Patrimonial. Precisamos fomentar a educação democrática participativa para que atos como esse não se repitam.

A gestão urbana apoiados no conceito de propriedade, procede do direito organizado nos princípios do usufruir e abusar da posse. O direito que é fundamental a preservação do patrimônio histórico, que por sua vez se fundamenta na esfera pública, o bem comum, o coletivo.

Conclui também que as terras públicas (os bens coletivos, em síntese) tendem a se degradar completamente pela atividade econômica, transformada em um fato trágico, quando não se é possível adotar a racionalidade econômica tanto quanto sua importância para a nação de proteção ao patrimônio. “A terra que é de todos, parece ser “terra de ninguém”.

3. REFLEXÕES SOBRE O 8 DE JANEIRO E AS SUAS RELAÇÕES COM O ENSINO DE ARTES VISUAIS

3.1 O fato

Uma multidão, dia 8 de janeiro invadiu a Praça dos Três Poderes em Brasília, onde abriga os 3 edifícios idealizados por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer durante a década de 50, são edifícios que se encontram os Três Poderes que são: executivo, legislativo e judiciário. São especificamente o palácio do planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, conforme a imagem a seguir.

Figura 16: Vista panorâmica da Praça dos Três Poderes. (O Globo, 2023)



Fonte: Wikipedia, 2023.

O país se depara com imagens de redes sociais, TV, câmeras de segurança de Brasília, para digerir diferentes ângulos do ocorrido. O início com a convocação pelas redes sociais, o acampamento em frente ao QG do Exército, as falhas de segurança que facilitam a invasão, o papel das Forças Armadas, a destruição de obras de arte e do patrimônio público. O que aconteceu naquele dia, ajuda a compreender como o 8 de janeiro se encaixa na história recente do país e dialoga com a arte e a educação e responsabilidade por patrimônio público que é coletiva.

No dia 9 o mundo já havia repercutido sobre os ataques aos poderes e de todo ato antidemocrático. E no mesmo dia as obras de artes que foram atacadas,

danificadas e até destruídas durante a invasão, o palácio do planalto divulgou relatório preliminar com as obras danificadas.

3.2 A repercussão do 8 de janeiro de 2023 no Brasil e no mundo

Figura 17: Compilados de Prints dos principais jornais do Brasil e do mundo



Fonte: Acervo próprio, 2023.

Ledo engano quem acha que pode apagar ou reescrever a história. A história jamais vai ser apagada enquanto o povo tiver memória e nós só temos memória através da cultura: escrita, música, pintura, poesia. Enquanto tivermos cultura, teremos memória e manteremos a história viva. A atual ministra de Orçamento e Planejamento, Simone Tebet. Fonte: Agência Senado

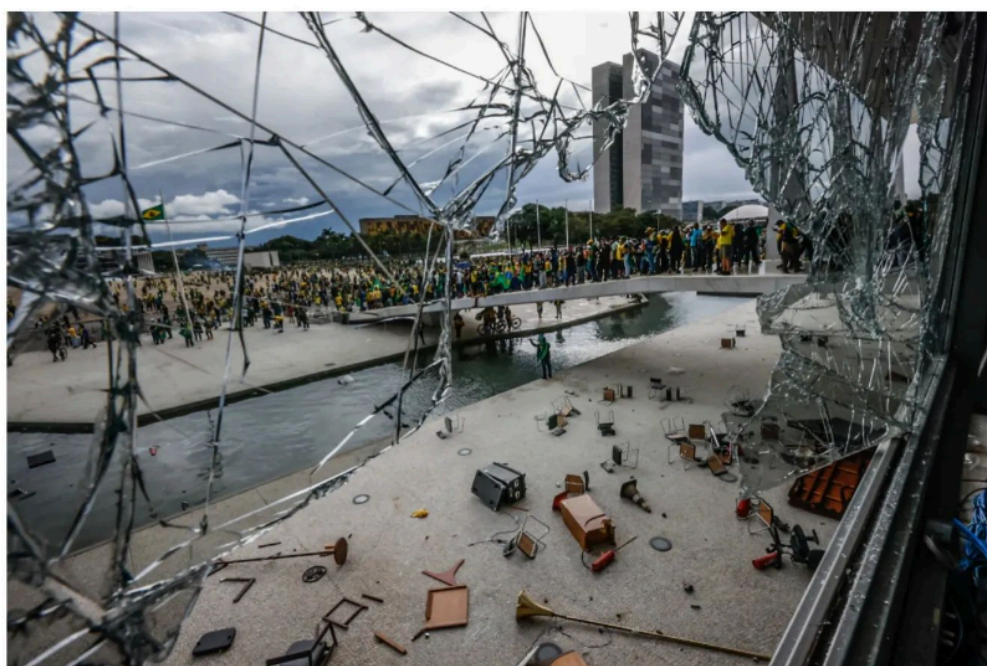
Arte e cultura sob ataque no Brasil, refletiu mais ainda com esse ataque do

dia 8 de janeiro de 2023. As obras expostas nos prédios dos Três Poderes em Brasília foram selecionadas de forma a representar a história da arte no Brasil. Além disso, parte delas foram apresentadas ao país por representantes de nações estrangeiras e, durante os atentados, também foram destruídas. A depredação não ficou restrita às obras e vandalizar-las nem sequer era o objetivo principal. O alvo era tudo que representa a República: “Não viram diferença entre quebrar um computador e destruir uma obra de arte.” Pesquisadora Maria Lúcia Bueno, do Instituto de Artes e Design (IAD).

As expressões de arte, e o acesso à cultura são motivos que afetam diretamente na vida da população e de sua melhoria. A inclusão de conhecimentos são as principais ferramentas capazes de dialogar de forma eficaz com a população e impedir que episódios como o de 8 de janeiro aconteça novamente.

Não adianta colocar um exército na frente de nada se não houver educação pública sobre a importância de preservar heranças culturais e ter mais projetos de incentivo à respeito às obras de arte que fazem parte do nosso patrimônio cultural. Ações como essas ajudam a proteger a arte para as futuras gerações e evitar a cena retratada abaixo na obra fotográfica de Gabriela Biló, Figura 18.

Figura 18: Janela para o inferno, Brasília 2023.



Fonte: Reprodução da obra fotojornalística. Brasília, 2023 Gabriela Biló

3.3 A Verdade

Figura 19: Flyer de divulgação da abertura da exposição A Verdade, Gabriela Biló, 2023.



Fonte: Print do Flyer. MAB, Brasília, 2023.

Andar pela exposição A verdade de Gabriela Biló, que por meio de retratos, documentou o ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023.

Ao longo de um corredor coberto de lambe-lambes em meio a fotografias estampadas em tecidos translúcidos com o uso da técnica de sublimação em tecidos, e murais nas paredes com as fotografias com o apoio dos áudios daquele dia naquele espaço. Esse caminho cheio de camadas traz à memória um compilado da história recente da política brasileira, com cenas que vão de manifestações de 2023 até os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

A exposição denominada “A verdade” tem como proposta conduzir o visitante a uma imersão no passado recente do Brasil, onde está exposta no MAB (Museu de Arte de Brasília) que durou de 6 de setembro à 16 de dezembro. Frente ao projeto está a fotojornalista Gabriela Biló, da Folha de São Paulo, em conjunto com Artistas Visuais, Pedro Inoué, com Cristiano Botafogo e Pedro Daltro.

O que creio que não foi por acaso, que não foi mera coincidência a data de abertura da exposição ser próxima de uma forte efervescência política, o 7 de setembro, de termômetro político, em que os políticos estão em Brasília. Relembrando que também no dia 6 de setembro o candidato Bolsonaro foi esfaqueado durante um ato político no estado de Minas Gerais.

Como provocação, o título “A verdade” refere à guerra de narrativas de olhares no mundo contemporâneo causando questionamentos sobre os acontecimentos, memórias e ponto de vista. “O que é a verdade hoje em dia?” A verdade acaba se tornando um ponto de vista, aos acontecimentos, as coisas que foram destruídas fazem com que o material em exibição se mostre como um teste mundo por meio dos olhos do artista e do público. (MAB, 2023)

De acordo com a artista da exposição, Gabriela Biló: “Tudo é político. Fotografar não pode ser diferente. Não acredito que exista fotojornalismo isento. Jornalismo tem um lado e é o da democracia, é o lado do interesse público. Eu fotografo com esse lado.”

As partes da exposição que tem audiovisual ao lado de uma instalação fotográfica nos fazem ficar submersos aquela experiência e sentir-se dentro daquele momento retratado nas fotografias.

Os jogos de luzes sobre os ataques antidemocráticos do 8 de janeiro de retratos que vão do chão ao teto. O que nos faz sentir agonizados com o que sentimos quando não deixamos essa memória doída ser esquecida da nossa história. Com tamanho dos danos causados ao patrimônio público, como nas imagens representadas nas Figuras 20 e 21 que expressam um bem material, mas também simbólico para a democracia brasileira.

Figuras 20 e 21: A Justiça e O Brasil Trincado. A Verdade, Gabriela Biló, 2023.





Fonte: Print de fotojornalismo, Gabriela Biló. MAB, Brasília, 2023.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma inquietação com o ocorrido no dia 8 de janeiro me despertou um questionamento em relação ao sujeito, cultura e patrimônio. O que vem em seguida é o meu local com arte educadora e como os ambientes de arte educação devem atuar, para que destruições como essas não venham a acontecer.

Para isso, relembro o caminho e transformações extensas que o ensino de Arte através do tempo sofreu. O que me fez buscar ainda mais nomes como, Ana Mae Barbosa, e ter uma visão mais ampla de sua vasta relevância diante desse percurso da Arte-educação no Brasil.

Os artigos, reportagens, relatos, livros e podcasts, me guiaram a essa pesquisa de uma forma que eu conseguia continuar vendo como o ocorrido na Praça dos Três Poderes poderia ter ligação com a Arte-educação.

Diante do cenário atual, vivemos uma fase de mudanças, após 4 anos de um governo inflamado de retrocessos no que condiz com a nossa arte, cultura e patrimônio. Para continuar essa mudança é preciso fomentar a educação democrática, humanizadora e participativa, buscando despertar nas/os estudantes, a percepção crítica e reflexiva diante da arte e cultura, levando a construir saberes da Arte.

Tomando como base que a Arte é uma área de conhecimento e que contribui na formação necessária para inserir as crianças, adolescentes, jovens e adultos na sociedade, vê-se claramente que a educação em Arte deixa sua marca quando contribui com o cidadão que é capaz de criar, refletir e inovar. Sendo assim, a Arte se faz essencial na educação do sujeito.

Essa pesquisa teve uma importância para que eu refletisse sobre as relações com o 8 de janeiro, embora uma hipótese utópica de que o ensino de Arte pudesse contribuir para que fatos como esse não aconteçam mais, compreendi por meio das reflexões e das abordagens teóricas, finalidades e políticas educacionais curriculares das Artes Visuais que apontam para uma parcela na formação da

consciência crítica, do processo de humanização e inserção transformadora dos sujeitos na realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGORA ECA. Professores Eméritos. Ana Mae Barbosa. Disponível em: <https://www.agoraeca.com.br/2022/07/21/professores-emeritos-ana-mae-barbosa/>. Acesso em 4 ago. 2023.

BARBOSA, 1989. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. Artigos Assinados • Estud. av. 3 (7) • Dez 1989 • <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300010>. Publicado pela Scielo em 30 mar 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yvtmjR7MGvYKjPDGPgqBv6J/>. Acesso em 4 ago. 2023.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil.-5.ed - São Paulo: Perspectiva, 2006.

BARBOSA, A. M. Síntese da Arte-Educação no Brasil: duzentos anos em seis mil palavras. Revista Polyphonia, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 19–39, 2016. DOI: 10.5216/rp.v27i2.44693. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/44693>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BILÓ, Gabriela. Exposição de Arte - Fotojornalismo A Verdade. Disponível em: <https://gabrielabilo.com/a-verdade>. Acesso em dez.2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em set.2023.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte/ Secretaria de Educação – Brasília MEC/SEF, 1997. 130p.

BRASIL, Brasília completa 30 anos como Patrimônio Mundial. IPHAN. Palácio do Planalto - Brasília (DF), 2017.

BRASIL, Academia Imperial de Belas Artes. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/243-academia-imperial-de-bel-as-artes>. Acesso em set.2023.

BRASÍLIA, Relatório do Plano Piloto Lucio Costa. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/plano-piloto-Brasilia/relatorio-Lucio-Costa.shtml>. Acesso em set.2023.

CAVALCANTE, Sávio. O dia 8 de janeiro como insurreição neofascista. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/artigos/o-dia-8-de-janeiro-como-insurreicao-neofascista>. Acesso em nov.2023.

FEITOSA, Aline Nunes. Athos Bulcão: Sua arte e turismo cultural em Brasília. 2005. 44p. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Turismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2005. Fundação Athos Bulcão. Athos Bulcão. Disponível em: <<http://www.fundathos.org.br/athos-bulcao>>. Acesso em set. 2023.

NERY, Natuza. O rastro de Bolsonaro no 8 de Janeiro. Podcast, 2023. G1. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5BOKmPGSdl6CLbRGCGia3L?si=5b38b9c58f254b> Acesso em nov.2023.

SEVERINO, Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, 2013.

SILVA, TOLEDO E BILENKY, Golpe, destruição e reação democrática. 2023. Foro de Teresina. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5ZTa3fiFPsQ3AKJAydohC2?si=d38b91d568a344c0> Acesso em nov.2023.

Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em nov.2023.

ANEXOS

Anexo 1: PCNs Arte

APRENDER E ENSINAR ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Aprender arte é desenvolver progressivamente um percurso de criação pessoal cultivado, ou seja, alimentado pelas interações significativas que o aluno realiza com aqueles que trazem informações pertinentes para o processo de aprendizagem (outros alunos, professores, artistas, especialistas), com fontes de informação (obras, trabalhos dos colegas, acervos, reproduções, mostras, apresentações) e com o seu próprio percurso de criador.

Fazer arte e pensar sobre o trabalho artístico que realiza, assim como sobre a arte que é e foi concretizada na história, podem garantir ao aluno uma situação de aprendizagem conectada com os valores e os modos de produção artística nos meios socioculturais.

Ensinar arte em consonância com os modos de aprendizagem do aluno, significa, então, não isolar a escola da informação sobre a produção histórica e social da arte e, ao mesmo tempo, garantir ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais ou grupais com base em intenções próprias. E tudo isso integrado aos aspectos lúdicos e prazerosos que se apresentam durante a atividade artística.

Assim, aprender com sentido e prazer está associado à compreensão mais clara daquilo que é ensinado. Para tanto, os conteúdos da arte não podem ser banalizados, mas devem ser ensinados por meio de situações e/ou propostas que alcancem os modos de aprender do aluno e garantam a participação de cada um dentro da sala de aula.

Tais orientações favorecem o emergir de formulações pessoais de idéias, hipóteses, teorias e formas artísticas. Progressivamente e por meio de trabalhos contínuos essas formulações tendem a se aproximar de modos mais elaborados de fazer e pensar sobre arte. Introduzir o aluno do primeiro ciclo do ensino fundamental às origens do teatro ou aos textos de dramaturgia por meio de histórias narradas pode despertar maior interesse e curiosidade sem perder a integridade dos conteúdos e fatos históricos.

Cabe ao professor escolher os modos e recursos didáticos adequados para apresentar as informações, observando sempre a necessidade de introduzir formas artísticas, porque ensinar arte com arte é o caminho mais eficaz. Em outras palavras, o texto literário, a canção e a imagem trarão mais conhecimentos ao aluno e serão mais eficazes como portadores de informação e sentido.

O aluno, em situações de aprendizagem, precisa ser convidado a se exercitar nas práticas de aprender a ver, observar, ouvir, atuar, tocar e refletir sobre elas. É papel da escola incluir as informações sobre a arte produzida nos âmbitos regional, nacional e internacional, compreendendo criticamente também aquelas produzidas pelas mídias para democratizar o conhecimento e ampliar as possibilidades de participação social do aluno. Ressalta-se que o percurso criador do aluno, contemplando os aspectos expressivos e construtivos, é o foco central da orientação e planejamento da escola.

O ensino fundamental configura-se como um momento escolar especial na vida dos alunos, porque é nesse momento de seu desenvolvimento que eles tendem a se aproximar mais das questões do universo do adulto e tentam compreendê-las dentro de suas possibilidades. Ficam curiosos sobre temas como a dinâmica das relações sociais, as relações de trabalho, como e por quem as coisas são produzidas.

No que se refere à arte, o aluno pode tornar-se consciente da existência de uma produção social concreta e observar que essa produção tem história.

O aluno pode observar ainda que os trabalhos artísticos envolvem a aquisição de códigos e habilidades que passa a querer dominar para incorporar em seus trabalhos. Tal desejo de domínio está correlacionado à nova percepção de que pode assimilar para si formas artísticas elaboradas por pessoas ou grupos sociais, ao trilhar um caminho de trabalho artístico pessoal.

Esse procedimento diminui a defasagem entre o que o aluno projeta e o que quer alcançar. Assim sendo, é no final desse período que o aluno, desenvolvendo práticas de representação mediante um processo de dedicação contínua, dominará códigos construídos socialmente em arte, sem perder seu modo de articular tais informações ou sua originalidade. A aprendizagem em arte acompanha o processo de desenvolvimento geral da criança e do jovem desse período, que observa que sua participação nas atividades do cotidiano social estão envoltas nas regularidades,

acordos, construções e leis que reconhece na dinâmica social da comunidade à qual pertence, pelo fato de se perceber como parte constitutiva desta.

Também cabe à escola orientar seu trabalho com o objetivo de preservar e impulsionar a dinâmica do desenvolvimento e da aprendizagem, preservando a autonomia do aluno e favorecendo o contato sistemático com os conteúdos, temas e atividades que melhor garantirão seu progresso e integração como estudante. Tal conjunto de considerações sobre os modos de aprender e ensinar arte possibilitam uma revisão das teorias sobre a arte da criança e do adolescente. A ação artística também costuma envolver criação grupal: nesse momento a arte contribui para o fortalecimento do conceito de grupo como socializador e criador de um universo imaginário, atualizando referências e desenvolvendo sua própria história.

A arte torna presente o grupo para si mesmo, por meio de suas representações imaginárias. O aspecto lúdico dessa atividade é fundamental. Quando brinca, a criança desenvolve atividades rítmicas, melódicas, fantasia-se de adulto, produz desenhos, danças, inventa histórias. Mas esse lugar da atividade lúdica no início da infância é cada vez mais substituído, fora e dentro da escola, por situações que antes favorecem a reprodução mecânica de valores impostos pela cultura de massas em detrimento da experiência imaginativa. Embora o jovem tenha sempre grande interesse por aprender a fazer formas presentes no entorno, mantém o desenvolvimento de seu percurso de criação individual, que não pode se perder.

O aluno pode e quer criar suas próprias imagens partindo de uma experiência pessoal particular, de algo que viveu e aprendeu, da escolha de um tema, de uma técnica, ou de uma influência, ou de um contato com a natureza e assim por diante. Cabe também ao professor tanto alimentar os alunos com informações e procedimentos de artes que podem e querem dominar quanto saber orientar e preservar o desenvolvimento do trabalho pessoal, proporcionando ao aluno oportunidade de realizar suas próprias escolhas para concretizar projetos pessoais e grupais.

A qualidade da ação pedagógica que considera tanto as competências relativas à percepção estética quanto aquelas envolvidas no fazer artístico pode contribuir para o fortalecimento da consciência criadora do aluno. O aluno fica exigente e muito crítico em relação à própria produção, justamente porque nesse momento de seu

desenvolvimento já pode compará-la, de modo mais sistemático, às do círculo de produção social ao qual têm acesso. Essa caracterização do aluno tem levado à crença de que nesse período a criança é menos espontânea e menos criativa nas atividades artísticas que no período anterior à escolaridade.

O aluno de primeira à quarta série do ensino fundamental busca se aproximar da produção cultural de arte. Entretanto, tais interesses não podem ser confundidos com submissão aos padrões adultos de arte. A vivência integral desse momento autorizará o jovem a estruturar trabalhos próprios, com marca individual, inaugurando proposições poéticas autônomas que assimilam influências e transformam o trabalho que desenvolvem dentro do seu percurso de criação nas diversas formas da arte. No período posterior, de quinta a oitava séries, essa vivência propiciará criar poéticas próprias, concretizadas com intencionalidade. A área deve ser incorporada com objetivos amplos que atendam às características das aprendizagens, combinando o fazer artístico ao conhecimento e à reflexão em arte. Esses objetivos devem assegurar a aprendizagem do aluno nos planos perceptivo, imaginativo e produtivo. Com relação aos conteúdos, orienta-se o ensino da área de modo a acolher a diversidade do repertório cultural que a criança traz para a escola, a trabalhar com os produtos da comunidade na qual a escola está inserida e também que se introduzam informações da produção social a partir de critérios de seleção adequados à participação do estudante na sociedade como cidadão informado. A formação em arte, que inclui o conhecimento do que é e foi produzido em diferentes comunidades, deve favorecer a valorização dos povos pelo reconhecimento de semelhanças e contrastes, qualidades e especificidades, o que pode abrir o leque das múltiplas escolhas que o jovem terá que realizar ao longo de seu crescimento, na consolidação de sua identidade.

O fenômeno artístico está presente em diferentes manifestações que compõem os acervos da cultura popular, erudita, modernos meios de comunicação e novas tecnologias. Além disso, a arte nem sempre se apresenta no cotidiano como obra de arte. Mas pode ser observada na forma dos objetos, no arranjo de vitrines, na música dos puxadores de rede, nas ladainhas entoadas por tapeceiras tradicionais, na dança de rua executada por meninos e meninas, nos pregões de vendedores, nos jardins, na vestimenta, etc.

O incentivo à curiosidade pela manifestação artística de diferentes culturas, por suas crenças, usos e costumes, pode despertar no aluno o interesse por valores diferentes dos seus, promovendo o respeito e o reconhecimento dessas distinções; ressalta-se assim a pertinência intrínseca de cada grupo e de seu conjunto de valores, possibilitando ao aluno reconhecer em si e valorizar no outro a capacidade artística de manifestar-se na diversidade. O ensino de Arte é área de conhecimento com conteúdos específicos e deve ser consolidada como parte constitutiva dos currículos escolares, requerendo, portanto, capacitação dos professores para orientar a formação do aluno.

OBJETIVOS GERAIS DE ARTE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

No transcorrer do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade.

Nesse sentido, o ensino de Arte deverá organizar-se de modo que, ao final do ensino fundamental, os alunos sejam capazes de:

- expressar e saber comunicar-se em artes mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados em artes (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais;
- edificar uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, no percurso de criação que abriga uma multiplicidade de procedimentos e soluções;
- compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos;

- observar as relações entre o homem e a realidade com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, indagando, argumentando e apreciando arte de modo sensível;
- compreender e saber identificar aspectos da função e dos resultados do trabalho do artista, reconhecendo, em sua própria experiência de aprendiz, aspectos do processo percorrido pelo artista;
- buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, diapositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura, bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas), reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias.

Parâmetros Curriculares Nacionais - ARTE. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>

